

A EDUCAÇÃO E A APLICABILIDADE DO ECA: DIREITOS E DEVERES SOB UM NOVO OLHAR

Janine Pereira de Sousa Alarcão ¹

RESUMO: O presente artigo levanta um problema vivenciado cotidianamente pela sociedade capitalista de produção, ou seja, a inversão constante de alguns valores tão importantes como respeito, solidariedade, humildade. Esse problema reside nas injunções sociais impostas pela própria sociedade. Os desencontros são normalmente verificados entre as funções que devem ser desempenhadas sucessivamente pela família, pela escola e pela própria sociedade. O objetivo do presente artigo é desvendar essa nova sociedade que se descontina, tornando-a mais humana, compreensível e efetiva. A metodologia para se alcançar o objetivo proposto concretiza-se na leitura e análise de algumas obras pertinentes ao tema, que tratam também de problemas sociais. As considerações finais, após uma análise das ideias dos autores estudados, propõem uma reflexão do que se possa fazer para tornar a sociedade mais humana, onde as pessoas respeitem a si mesmas e às outras.

PALAVRAS-CHAVE: Estatuto da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar; Respeito.

ABSTRACT: This article deals with a problem lived everyday by the capitalist society of production, in other words, the constant inversion of so important valor such as respect, solidarity, humility. This problem lies in social injunctions imposed by society itself. The mismatches are generally verified between the functions which must be redeemed by the family, by the school and by the society itself. The objective of this article is to unveil this new society which unfolds, becoming more humane, comprehensible and effective. The methodology to achieve the proposed objective is the reading and analysis of some works related to the theme, which also relate these social problems. The final considerations, after an analysis of the ideas of the studied authors, propose a reflection of what may turn the society more humane, where people respect themselves and each other.

KEY-WORDS: Statute of Children and Adolescents; Guardianship Council; Respect.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia(UFU); especialista em História Moderna e Contemporânea pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araguari (FAFI); mestre em História Social pela Universidade de Brasília (UnB) e professora da Faculdade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) – Araguari(MG). E-mail: janinealarcao@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Desde há algum tempo transferiu-se para a escola o dever de dar às crianças a educação inicial, dever primordial da família. Devido a injunções econômico-sociais, os pais, homens e mulheres, normalmente, estão fora de seus lares, a fim de conseguir atender satisfatoriamente as necessidades básicas de suas respectivas famílias.

O advento do capitalismo e a globalização são, em grande parte, responsáveis por essa transformação social e à medida que o tempo passa e as modificações tornam-se inevitáveis devido a uma série de necessidades criadas para a própria existência do sistema, a educação dos filhos, antes responsabilidade desses pais, foi gradativamente também, sendo transferida para as instituições direcionadas para complementar suas tarefas, sendo a escola, uma delas.

A evolução do pensamento científico também vem acompanhando as transformações das concepções, da ética, dos costumes, o que leva disciplinas como a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia e o Direito, a se movimentar rapidamente para atender a essa demanda por novas formas de se analisar o comportamento social. Temos já alguns estudos desenvolvendo novas teorias sociais que procuram compreender esse novo processo social.

A escola, pouco a pouco viu seu papel inicial, ou seja, dar continuidade à educação das crianças, transformado, para atender às necessidades impostas pelo mercado. De braço direito dos pais na continuação da educação das crianças, passou a ser a única instituição responsável por esta tarefa. Uma vez que os pais não têm mais o tempo disponível e necessário para cuidar de seus filhos, à escola coube esta tarefa. O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma análise da nova ordem social vigente. Propõe ainda, buscar novos caminhos que possam aliar instituições interligadas com a educação, seus problemas, seus atrasos, suas inconsistências, enfim, seus desajustes, a fim de minimizar os problemas. O trabalho propõe enfim, um novo olhar sobre a sociedade da qual fazemos parte e, portanto, com a qual estamos comprometidos.

A metodologia utilizada para buscar satisfazer os objetivos propostos foi a análise de algumas obras pertinentes ao assunto, buscando observar a forma como a sociedade e a educação tentam solucionar seus problemas e suas contradições.

Os resultados demonstram que a nossa responsabilidade enquanto educadores e formadores de opinião, tem grande dimensão e, portanto, deve ser encarada de forma objetiva, sem máscaras, de forma a abraçar a causa que propõe uma transformação social a partir da transformação dos sentimentos das pessoas, começando pelos nossos.

1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Com a descoberta do Brasil, no século XVI, a cultura local foi totalmente depredada. Uma das características da educação à época do descobrimento e que perpassou por todo o período colonial, foi a existência de uma cultura totalmente voltada para os costumes europeus. Práticas religiosas, culturais, sociais e políticas foram aqui implantadas, destruindo quase todas as particularidades da nova nação.

Dessa forma, desde o século XIX, durante muito tempo, paradigmas estrangeiros, com suas concepções elitizadas, europeizadas, compuseram a música e os compassos de nossa história cultural. Cada vez mais afirmavam-se concepções consumistas, elitistas, coronelísticas, traçando um novo perfil do povo brasileiro, de sua cultura, de seus ideais.

A partir da segunda metade do século XX, as classes sociais foram delineando suas características, deixando transparecer seu perfil elitizado: formação de uma classe rica, proprietária, dominante, em contraposição a uma classe pobre, não proprietária, dominada, e consequentemente, todas as injunções dessa gritante desigualdade social, ou seja, lugares e não lugares, previamente definidos na sociedade.

O período da ditadura marcou profundamente a cultura brasileira. Foi um marco, pois, naquele momento pôde-se perceber que existia no país uma população bem informada, jovens com grande poder de reflexão, que contestavam e lutavam por seus direitos. Foi neste momento que também se percebeu que, se a educação estava dificultando a sedimentação de um governo autoritário, estava na hora de cerceá-la até a raiz, para se evitar dissabores para esse mesmo governo.

Procedeu-se então a exílios, prisões e assassinatos sumários. A escola transformou-se e a estrutura política e econômica, passou a ditar as regras sociais e culturais tornando a cultura nacional reprimida.

A década de 1990, livre do cárcere da ditadura, enveredou pela ideia do “é proibido proibir”. Os anos de imobilidade, de falta de oportunidades de condução da própria vida levaram-nos a perceber que já havíamos sofrido muito com tantos não. As crianças da nova década tinham o direito de viver a era do “sim”.

A avidez pela liberdade tornou-nos uma sociedade sem limites. Sem limites para tudo. Tudo é permitido, pois o homem é livre. E o resultado foi uma geração de crianças que, hoje lotam os órgãos correcionais institucionais.

O século XXI encontrou uma sociedade robotizada, consumista, fria, pouco solidária, que, cada vez mais desigual, provoca conflitos sociais quase insolúveis, sofrendo com a falta de ética, sem moral, trilhando um caminho que não se sabe aonde chegará.

A escola, por sua vez, embaraçou-se também nesse emaranhado de concepções políticas, econômicas, sociais e entrou pelo século XXI, também sem rumo. A rapidez com que as transformações ocorrem, com que as leis são criadas para satisfazerem necessidades prementes e rápidas, fez dela, um órgão sem muita importância para a formação do cidadão, bem como um órgão institucional de sedimentação da ideia dominante.

2. O ADVENTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA: O PAPEL DA ESCOLA, DA FAMÍLIA E DA COMUNIDADE NA SUA APLICAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – criado pela Lei n. 8.069, de 13/07/1990, é o amparo legal à criança, ao adolescente e ao idoso em toda sua amplitude. Sua doutrina predominante é a da proteção integral, ou seja, o fornecimento de toda a assistência necessária ao pleno desenvolvimento da personalidade. Foi uma importante conquista para toda a sociedade.

Elias (2005, p. 4) coloca que a proteção integral é abrangente. Refere-se à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à profissionalização, ao lazer e ao esporte, sendo relevante considerar que todos os cidadãos são convocados a participar desta grande obra.

O mesmo autor evidencia que “a exploração, a violência, a crueldade e a opressão em relação ao menor podem tipificar uma conduta delituosa” (ELIAS, 2005, p.5).

Nessa área, é relevante atentar para o espírito da lei, pois “deve-se procurar a justiça, não na letra da lei, mas no seu espírito, sem relegar o seu objetivo – o bem moral” Elias (2005, *apud* Revista dos Tribunais, 1987).

A escola, desempenhando uma função para a qual não foi criada, deve ser uma continuação da educação a fim de aprimorá-la intelectualmente, ou seja, cada instituição com sua função. O acúmulo de funções por parte da escola tem levado a equívocos por parte, tanto dos pais, quanto dos próprios filhos/alunos e também da própria escola.

A educação é sumamente necessária ao desenvolvimento do ser humano. No caso, segundo Elias (2005), o termo ‘educação’ deve ser entendido como o trabalho sistematizado e orientado pelo qual nos ajustamos à vida de acordo com as necessidades ideais e propósitos dominantes, existindo um vínculo muito íntimo entre tal direito e a escola, pois é por esta que aquele se concretiza, não havendo dúvida de que o desenvolvimento adequado da personalidade prescinde, de forma insofismável, da passagem pela escola.

É oportuno observar que a Constituição Federal, no art. 205, segundo Elias (2005) preceitua que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Então, reconhece-se que o aluno tem o direito de ser respeitado pelo professor, o que implica uma educação produtiva, sem traumas, entretanto, isso não dá liberdade para o aluno fazer o que quiser na sala de aula, e no tocante aos deveres que lhe são impostos pelos professores, da mesma forma, estes devem ser respeitados.

Desde sua criação, o ECA carrega em seu bojo, os desencontros provocados pela falta de conhecimento, somada à falta de vontade, ou ainda, ao receio de se lidar com a lei, por parte da direção da escola, da ignorância do corpo docente, pelos meandros a que se submete a lei perante a comunidade. A lei é um avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas torná-la válida impõe desafios que esbarram nas dificuldades em mobilizar os gestores públicos para adotarem a medida em seus sistemas de ensino.

A interpretação equivocada da lei é um desafio que se apresenta, provocando uma sensibilização do profissional da educação, que vê o Estatuto como um instrumento criado para proteger adolescentes infratores. Os gestores devem promover a sensibilização dos professores, como o primeiro passo para fazer com que o ECA se torne mais presente na escola, incorporando ainda, como decorrência, a questão dos direitos no cotidiano escolar, afinal, como evidencia Beltrão (2009), “A

capacitação é necessária para que o corpo docente conheça melhor o Estatuto e possa desenvolver formas de inseri-lo nos currículos”.

Nestes encontros e desencontros, a educação tornou-se refém da falta de limite proveniente da interpretação dos direitos conferidos à criança e ao adolescente, levando a uma crise profunda no ensino. Apesar disso, a função da educação não mudou. A sala de aula não é apenas o ambiente onde se aprende a ler e a contar, mas acima de tudo, é o lugar da educação em toda a sua dimensão, inclusive a moral.

3. CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Esse artigo coloca em discussão, não a existência do ECA, uma vez que o estatuto foi um avanço e uma conquista para um segmento da população, até então desprotegido. A discussão está na interpretação, ou até mesmo no desconhecimento do mesmo, por parte da própria escola, dos pais e dos alunos.

O próprio momento histórico de sua criação demonstra o ponto nevrálgico, ou seja, logo nos primeiros anos que sucederam o fim da ditadura militar, período histórico esse, caracterizado pelo “NÃO”. Com o fim do regime militar houve uma apoteose de teorias permissivas em todos os setores, como por exemplo, administrativos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, educacionais.

Proibido dizer não. Esse lema tornou-se o alicerce para as novas teorias que surgiam e o ECA foi o coroamento da democracia e da cidadania. A partir dele as crianças, os adolescentes e os idosos ganhavam presença na sociedade, mas obscurecia-se a essência. Divulgava-se uma liberdade em todos os âmbitos para a qual o Brasil não estava preparado.

A educação tornou-se refém da falta de limite proveniente da interpretação dos direitos conferidos à criança e ao adolescente, levando a uma crise profunda no ensino. Apesar disso, a função da educação não mudou. A sala de aula não é apenas o ambiente onde se aprende a ler e a contar, mas acima de tudo, é o lugar da educação em toda a sua dimensão, inclusive a moral.

4. A RELAÇÃO PROFESSOR X ALUNO X FAMÍLIA X POLÍTICA: PARCERIAS DE SUCESSO

A frequente agressividade, as demonstrações de violência e de comportamento antissocial apresentado pela maioria dos alunos, tanto de escolas das redes pública, quanto pelas escolas da rede particular de ensino, demonstram a importância de que se reveste o professor e suas ações, no entanto, não se deve menosprezar o fato de que as dificuldades do aluno não são o único fator gerador de problemas.

Segundo Fernandes e Souza (2009), as consequências geradas pelo enfraquecimento da relação aluno/educador, as falhas no processo educativo, perda do referencial de autoridade no ambiente escolar e o inquestionável agravamento das barreiras encontradas por todos os envolvidos neste processo são problemas que se traduzem em sérios reflexos sociais.

A manifestação agressiva por parte do aluno, muitas vezes não se encontra na razão direta para com o professor, mas sim nas barreiras encontradas por este aluno em seu desenvolvimento emocional, que por sua vez, comprometem o desenvolvimento cognitivo e social. Fernandes e Souza (2009) demonstram essa concepção na ideia apresentada abaixo:

Ajudar o aluno a potencializar seus recursos internos, valorizar qualquer possibilidade de esforço ou conquista, promover o diálogo e buscar ajuda externa, quando a situação demonstra sinais de agravamento, são algumas ferramentas que o educador dispõe.

Ações conjuntas levam à compreensão por parte de todos os sujeitos envolvidos, de que a educação deve ser o carro-chefe que levará o país à transformação social, entendida aqui não como um jargão cujo uso desgasta o significado, mas como mudança necessária que tornará o homem a pessoa mais importante do mundo, a quem se deve respeitar enquanto cidadão. Tais concepções podem ser evidenciadas na fala abaixo:

A escola detém uma importante parcela na construção desse processo, pois oferece ao aluno a oportunidade de vivenciar situações tanto de “conforto” social como de desafio, colocando à prova suas habilidades sociais. A socialização e o processo de aprendizagem caminham juntos. Quando uma desta comprometida, a outra tende a sofrer prejuízos, pois a motivação, atenção e memória são pré-requisitos para ambas (FERNANDA; SOUZA, 2009).

O processo educacional é um grande desafio que envolve os profissionais da educação, as famílias dos alunos e a comunidade em toda sua amplitude, enquanto colaboradora na compreensão e aplicação do código ético que rege as vidas dos seres humanos.

5. CONSELHO TUTELAR: COMPREENDENDO POR DENTRO

Segundo o art. 131 do ECA, “o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei”, portanto, é um órgão subordinado ao ECA, ou melhor, é o seu braço direto na ligação com a comunidade que confia em sua atuação, desde que seja para o bem comum.

5.1. A ESTRUTURA LEGAL DO CONSELHO TUTELAR E A RESPONSABILIDADE DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Inicia-se este item com a definição legal de Conselho Tutelar, bem como uma explicação a respeito de seu funcionamento, ressaltando-se o seu campo de atuação, seus limites, ou seja, suas diretrizes legais. Segundo o art. 131 do ECA, “o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei”, portanto, é um órgão subordinado ao ECA, ou melhor, é o seu braço direto na ligação com a comunidade que confia em sua atuação, desde que seja para o bem comum.

Não depende da autorização de ninguém, prefeito, juiz, para o exercício das atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme os artigos 95, 101 (I a VII), 129 (I a VII) e 136. Tais artigos estão expostos na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Para melhor compreensão, transcrevemos abaixo o teor dos artigos em referência:

Art. 95: A entidades governamentais e não governamentais referidas no art. 90 serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

Art. 101. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as medidas: I - encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade [...]

Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis: [...] III - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; IV - encaminhamento a cursos ou programas de orientação; VI - obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; VII - advertência.

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: - [...] II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129 [...]; VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional [...]

Em matéria técnica de sua competência, o Conselho Tutelar delibera e age, aplicando as medidas práticas pertinentes, sem interferência externa. Exerce suas funções com independência, inclusive para denunciar e corrigir distorções existentes na própria administração municipal relativas ao atendimento de crianças e adolescentes. Suas decisões só podem ser revistas pelo Juiz da Infância e da Juventude, a partir de requerimento daquele que se sentir prejudicado.

Não integra o Poder Judiciário, não podendo exercer o papel e as funções deste Poder, na apreciação e julgamento dos conflitos de interesse. Exerce funções de caráter administrativo, vinculando-se ao Poder Executivo Municipal, mas não tendo poder para fazer cumprir determinações legais ou punir quem as infrinja.

Segundo o art. 101 do ECA, uma das medidas de proteção cabíveis ao Conselho Tutelar é o encaminhamento aos pais ou responsável, mediante um termo de responsabilidade, a criança ou adolescente que cometeu infração, bem como notificar pais ou responsável que deixam de cumprir os deveres de assistir, criar e educar suas crianças e adolescentes.

No entanto, a educação se depara hoje, com um problema que se entrelaça com essa medida. Os pais, a fim de atender as necessidades familiares, saem para trabalhar e seus filhos, desde tenra idade, ficam sob a responsabilidade de terceiros. Devido a essas injunções, estão, inconscientemente, transferindo para a escola, o dever de cuidar da educação de suas crianças.

Em contrapartida, o entendimento da criança ou adolescente perante essa forçosa situação torna-se também equivocado, tornando-os investidos de uma

independência precoce que faz com que comecem a tomar suas próprias decisões, dando a elas caráter de autoridade.

Essa situação deixa assim, questionamentos diversos, que envolvem os pais que precisam trabalhar para sustentar a família, a escola, que tem o dever de cuidar da educação da criança e a sociedade, que se coloca em posição de juiz quanto às medidas tomadas por qualquer um dos sujeitos envolvidos na relação.

6. MEDIDAS CORRECIONAIS NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Além dos órgãos institucionais presentes no universo da educação, ainda se conta com os órgãos efetivamente repressivos, como a patrulha escolar. É mais um ponto sob o qual buscamos analisar. A visão que se apresenta da situação da educação hoje, demonstra sua semelhança ao modelo prisional.

Claramente a educação transformou-se em um caso de polícia, onde ocorrem normalmente, rondas e abordagens aos alunos considerados suspeitos, a fim de manter a proteção de todas as crianças que se encontram dentro do espaço escolar. Há uma grande confusão entre o aluno e o bandido.

Tais semelhanças devem-se a que? Torna-se claro que o problema não está dentro da escola, mas no interior da própria sociedade, camuflado na falta de emprego, na corrupção, no salário indigno do empregado, nos altos salários de algumas pessoas, que contraditoriamente devem cuidar do bem estar social.

É dessa sociedade que se fala no presente artigo. Assim como, no início apresentou-se um panorama da sociedade, a fim de explicar a situação da educação hoje, apresenta-se, neste momento, uma análise, um olhar que busca refletir sobre os des (caminhos) trilhados pela sociedade e pela educação no Brasil, no mundo contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil, desde os seus primórdios até os dias atuais, é fruto de uma herança política, que entrelaça a sociedade, mas, mantém de forma ideológica a camuflagem sob suas ações. Em todos os momentos históricos percebe-se a conivência da instituição escolar para com as ações governamentais, buscando sempre atender às necessidades políticas e ideológicas.

Os problemas vivenciados hoje pelos caminhos traçados pelo sistema capitalista de produção implicam uma sociedade de consumo em todos os âmbitos. A sociedade capitalista prioriza o indivíduo letrado, intelectualizado, como aquele que tem condições de alcançar lugares melhores no mercado, o que deixa os menos favorecidos em grande desvantagem.

São estas as razões que levam pais de família a saírem de suas casas para trabalhar além da conta, pois só assim conseguirão oferecer aos filhos a educação intelectual que possibilitará a eles alcançar um lugar melhor, socialmente falando. É um círculo viçoso que leva ao desencadeamento de outro problema, ou seja, a transmissão de valores culturais, que só a família consegue fazer.

Com o passar do tempo, o que se tem é uma sociedade desajustada, sem referenciais, sem norte. O que se detecta é a angústia da sociedade para lidar com os seus próprios problemas. E o que se percebe é que a escola é a instituição capaz de desatar o nó. Por sua autoridade no campo educacional, ela pode propiciar o encontro entre a lei, buscando entrelaçar os descaminhos que a sociedade está traçando e os caminhos propostos por uma educação responsável diante do ser humano que está em construção. Mais uma vez, à educação compete a transformação da sociedade.

É necessária acima de tudo, uma maior compreensão a respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como do funcionamento do Conselho Tutelar, a fim de que se possa transformar efetiva e seguramente a nossa sociedade. Essa tarefa cabe a todos aqueles que almejam ver florescer uma sociedade de pessoas iguais, com direitos e deveres bem compreendidos, ou seja, uma sociedade educada para o bem, cidadã.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BELTRÃO, T. **O Estatuto vai à escola**. Disponível em <http://www.promenino.org.br>. Acesso em 26 out 2009.
- ELIAS, R. J. **Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FERNANDES C. D; SOUZA, M F. **O papel do educador diante da agressividade, violência e comportamento antissocial**. Disponível em <http://www.promenino.org.br>. Acesso em 26 out 2009.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação**: da Antiguidade aos nossos dias. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Presidência da República**. Disponível em HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm